

Nós, A Cidade, A Hospitalidade¹

We, the City, the Hospitality

LUCIO GRINOVER²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p224>

RESUMO³

O texto que se segue pretende uma aproximação ao campo da análise e do estudo da Cidade, em seus aspectos teóricos, buscando estimular pesquisas e reflexões futuras. Busca-se, ainda, fornecer bases para a atividade de planejamento, de turismo e de hospitalidade, nas cidades que pretendam incluir tais valores em seus objetivos para alcançar melhor qualidade de vida para seus habitantes. Trata-se de versão previa, extraída de livro, com um título homônimo, em preparação.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Hospitalidade. Cidade. Planejamento Urbano.

ABSTRACT

The following text intends an approximation to the field of analysis and study of the City, in its theoretical aspects, seeking to stimulate research and future reflections. It also seeks to provide bases for planning, tourism and hospitality activities in cities that wish to include such values in their goals of achieving a better quality of life for their inhabitants. It is anticipated version, taken from the book, with an eponymous title, in preparation.

KEY WORDS

Tourism. Hospitality. City. Urban planning.

¹ Texto extraído de livro, com título homônimo, em preparação.

² **Lucio Grinover** – Doutor. Professor colaborador senior da Universidade de São Paulo e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8623017725002616>. E-mail: consintgrinover@uol.com.br

³ **Processo Editorial:** Participação a convite dos Editores

CIDADE, TURISMO E HOSPITALIDADE

É de se considerar que cada prática remete a mais saberes e constitui-se como conjunto de elementos de passagem de um aspecto teórico a outro, não necessariamente pertencente ao mesmo campo disciplinar, e cada teoria constitui-se como passagem de uma prática a outra. Ao nosso ver, ainda, e pela formação que abraçamos na profissão e na atividade de investigação, a Hospitalidade é um dos domínios mais claros da propriedade de complementar toda a ação de planejamento da cidade, mostrando a adequação à instrumentalidade na sua gestão inteligente. Dessa forma, o estudo e a aplicação de sua concretude proporcionam as qualificações da Cidade nas manifestações de hospitalidade cidadina e hospitalidade cidadã, instituindo-se, finalmente, como cidade acolhedora e hospitaleira.

Falar de cidade acolhedora e hospitaleira é falar do lugar feito para si e para o outro. De início, corresponde a questões relativas ao uso e apropriação do espaço, mais particularmente, do espaço público, que é, por definição, um espaço aberto para o uso de todos e construído para esse fim. Em seguida, corresponde a evocar o destino reservado ao estrangeiro, o destino de quem não tem a mesma nacionalidade, ou de quem, na falta de recursos econômicos ou sociais, não tem lugar naquela cidade e onde a hospitalidade seria um outro versante da luta contra a exclusão, pois trata-se de uma prática social (Gotman, 2001).

No sentido próprio, a Hospitalidade depende do âmbito do dom, da obrigação livremente consentida; no sentido figurado, ela faz referência a políticas públicas. A Hospitalidade, ainda, implica uma relação de confiança e supõe uma lei, feita de convenções e de códigos culturais e sociais, que devem ser respeitados, uma vez que as regras do acolhimento institucional são contratuais, jurídicas e administrativas. A Hospitalidade tem, pois, por sinônimo, o acolhimento e a recepção, e as regras da Hospitalidade dão lugar a todas as variáveis possíveis e imagináveis, de um país a outro, de uma cultura a outra. Os códigos e convenções parecem variar ao infinito. As regras devem ser observadas e preservadas por meio dos princípios da Hospitalidade como, por exemplo, assegurar a todos os cidadãos e aos visitantes, o acesso a equipamentos e serviços [transportes públicos, trabalho, lazer, etc.]. Essas regras implicam relações entre grupos sociais, classes de idade, famílias, indivíduos e, ainda exprimem em cada época, os valores sobre os quais se apoiam a comunidade social e a experiência coletiva. Ela tem um modo de ser próprio; ela é um estado mental que se dá de maneira contingente, mas casualmente determinada.

A experiência significa conhecimento ou aprendizado obtido através da prática ou da vivência: experiência de vida, experiência de trabalho. Em nosso livro ‘A cidade à procura da Hospitalidade’ (2016), reportávamos que François Lyotard (1979), em “La condition post-moderne”, assinalava as características constantes da experiência urbana pós-moderna como, basicamente, a indeterminação [ambiguidade e fraturas]; a fragmentação; a valorização das diferenças; a crise de si mesmo e falta de profundidade; a hibridação; a redução do passado ao presente; o protagonismo e a participação [a Cidade aberta aos significados de cada um de seus habitantes]; o subjetivismo [a primazia da construção individual; o indivíduo militante de si mesmo; a coexistência de diferentes hipóteses do mundo]; a casualidade e a estocasticidade [diminuição da previsibilidade e da predeterminação, primazia do acaso e da probabilidade].

Nós escrevíamos que a experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais, que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade. Entretanto, nesta ideia de experiência, há uma concepção pela qual o que tornou importante um lugar é a sua capacidade de tornar os indivíduos diferentes após atravessá-lo, percorrê-lo, e produzir uma experiência depois da qual ninguém consegue ser mais o mesmo: “O que se vende, hoje, não é o lugar, mas a experiência que este produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiência” (Grinover, 2009, p.10). Quando se fala em experiência **da** e **na** Cidade, pretende-se caracterizá-la, antes de tudo, pela cultura da Cidade, no sentido antropológico do termo, que corresponde a certo sistema de valores, normas e relações sociais que possuem uma especificidade histórica e uma lógica própria.

Nos centros antigos, como nos periurbanos ou no campo, nós estamos no urbano, seja no plano dos modos de vida, seja no plano das formas construídas e dos equipamentos. As mudanças territoriais contemporâneas, fato, sem dúvida, inédito na história humana, marcam o acontecimento de uma sociedade maciça e integralmente urbana. A cidade-território define-se pelo fato vivido e atestado, segundo o qual se pode ser urbano, hoje, não vivendo completamente na cidade, mas no campo, por exemplo, ou num canto perdido da natureza. Em outra fórmula, vindo das práticas de habitar, a cidade-território pode ser definida igualmente pelo fato de que o lugar da cidade não é mais somente a cidade de hoje, mas isso pode ser do território, dos centros antigos.

E é bem o que significam os termos de metrópole e de metropolização, utilizados muito frequentemente. Se nós nos referirmos à etimologia, a metrópole significa, de um lado, que o urbano se tornou a medida [o metro] de todas as coisas, de todas as atividades, de todas as práticas, de toda paisagem; de outro lado, que o urbano alimenta, que o urbano é a matriz [o metro-mãe; da cidade-mãe] e todas as coisas, de todas as atividades, de todas as práticas, de toda paisagem. A cidade-território supõe a existência de habitantes que se tornam ‘neourbais’, ‘neourbanos’, do mesmo modo que vivem e experimentam cada dia, notadamente através de seu deslocamentos, a coextensividade da Cidade e do território, e o fato de que o urbano se tenha tornado a medida e a fonte de todas as coisas, de todas as atividades, de toda paisagem.

Assim, para a compreensão do que estamos nos propondo aqui, cabe uma definição do que entendemos por Cidade e por Urbano: a Cidade seria a organização espacial, a forma, um conjunto de elementos ordenados, o mundo do cidadão; o Urbano estaria ligado a um tipo de sociedade, sendo a expressão de ideias, da ética, valores, estética, o mundo do cidadão. O Urbano, ou a cultura urbana, realiza-se na Cidade como práxis através das atividades políticas, econômicas e culturais, e reúne todos os elementos da vida social (Lefebvre, 2008). Devemos, portanto, entender que a Cidade e o Urbano não são sinônimos. O Urbano deve ser entendido como um modo de vida, uma forma social, enquanto a Cidade seria a materialização dessa forma (Harvey, 1980).

O Urbano deixa de ser a simples oposição ao rural e passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a Cidade enquanto lugar (Carlos, 2005). O Urbano contemporâneo representa, portanto, novas formas de vida, que não se relacionam mais

diretamente com o modelo antigo de cidade, para estar além dela. Há uma definição bastante ampla (Rodrigues, 2007) do que se entende por Urbano e por Cidade, quando se diz que o Urbano é um conceito, pois qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade, onde as atividades urbanas extrapolam os limites da cidade, como o agronegócio, as atividades turísticas, e muitas outras.

Cidade é uma definição. É a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcado e estabelecido. A cidade é o centro da decisão política do urbano. A cidade não é apenas um aglomerado de casas, um lugar de trabalho, uma possibilidade de proteção, enfim, um resultado de projetos urbanísticos e de soluções técnicas. Ela é também uma dimensão radical, um modo de vida marcado, entre outros aspectos, pelo sentido ético e pedagógico que envolve o indivíduo e a convivência social. A Cidade expressa maneiras de viver; representa a cultura de um grupo ou de grupos, os possíveis conflitos entre os habitantes e a ordem social e política adotadas por eles.

As funções da Cidade transformam-se com o tempo, com as circunstâncias de cada época e lugar. Nessa transformação adquirem importância as variedades econômicas, sociais e tecnológicas. A Cidade é o resultado das condutas e da formação de seus habitantes. A moral e a educação incidem sobre os comportamentos da população. O nível de civilidade, o respeito pelas coisas públicas, a sociabilidade, a tolerância mútua e o respeito pelos outros, traduzem formas de convivência social, gosto e qualidade nas construções, em comportamentos civilizados. A Cidade pressupõe a distribuição de justiça, a liberdade de ir e vir, a delimitação da propriedade, pois implica o ponto fundamental das relações econômicas e sócias, sendo o respeito à liberdade condição básica da dignidade humana. Nesse sentido, a Cidade é a consagração dos modos de fazer ou produzir e de agir. Ela aponta a necessidade de associação própria dos humanos, que tendem a viver juntos e compartilhar crenças e valores, costumes e comportamentos.

Em vista disto, pode-se defender a tese de que a 'cidade é espaço ético e educativo de experiências e ações humanas apreendidas e divididas, socializadas e partilhadas com outros'. A vida das cidades e dos cidadãos proporciona conhecimentos e técnicas de sobrevivência, que fundamentam a existência coletiva. A Cidade é feita de diferenças e de conflitos que determinam padrões de convivência comum. A Cidade depende do funcionamento de instituições, da justiça, da ordem social, de um grau elevado de civilização. As normas sociais, morais, jurídicas e técnicas complementam-se para formar uma unidade; como o passado jamais desaparece totalmente, retornar à experiência dos antepassados é um modo de iluminar a compreensão dos dias atuais. O estilo ou a fisionomia da Cidade, das casas ou dos prédios revelam a cultura, isto é, os valores, os costumes das pessoas; assim, os traços da vida cotidiana expressam o ânimo, o bem estar dos cidadãos, a cidadania.

Para além dos temas de educação, saúde, segurança, atenção à criança e ao idoso, que certamente fazem parte da agenda da sociedade, três temas são particularmente estratégicos no planejamento da Cidade: sustentabilidade, mobilidade, identidade, sócio diversidade, coexistência. O debate sobre sustentabilidade tem gerado muita perplexidade, sendo que a ideia principal é focar no que sabemos sobre o problema, utilizando coisas simples da rotina da

Cidade como parte da solução. A mobilidade, hoje, é um dos maiores desafios com os quais as cidades deparam. O enfrentamento da questão passa por uma estrutura urbana mais bem equilibrada, que aproxima os destinos por meio de seu desenho e pela mistura de funções, à qual a rede de mobilidade se associa. Há que se valorizar o espaço do pedestre; o protagonismo tem que ser das pessoas e sua escala.

Identidade, autoestima, sentimento de pertencimento, todos estão fortemente conectados aos pontos de referência que as pessoas têm no espaço onde vivem. Identidade é um fator preponderante da qualidade de vida urbana, representa a síntese do relacionamento entre o indivíduo e sua Cidade. O senso cívico, o convívio do coletivo, a descoberta do outro, a construção de uma identidade comum, têm, por excelência, como palco os espaços públicos, parques, praças, equipamentos comunitários; espaços públicos em quantidade suficiente, bem desenhados e bem tratados, refletindo o apreço que a sociedade tem por eles. A Cidade tem que ser o cenário do encontro, da acolhida (Lerner, 2016). É o espaço que agrega a integra. Cidade democráticas não tem guetos de pobres, nem de ricos. A sociedade compreende a necessidade de acolher e celebrar a multiplicidade de diferentes povos, idades, credos, raças e rendas que a compõem, ao mesmo tempo em que se preservam as características que definem a identidade de cada uma. É isso que ajudará a garantir a coesão social e, no limite, a segurança **da e na cidade**.

Por lugares entende-se, no presente contexto, aqueles espaços que se apresentam aos sentidos como acúmulo e registro da experiência. Um desses 'lugares' é a Cidade contemporânea, altamente povoada, que leva a vivência em territórios cada vez menores, diferentes entre si, por suas histórias pregressas, hábitos e culturas. Para que esses cenários possam ser vivenciados na riqueza plena de tais multiculturalidades, a hospitalidade emerge como questão teórica e desafios de práticas.

Para discutir a Hospitalidade associada à Cidade, deve-se retornar à literatura especializada para, em seguida, contextualizar a Cidade com a materialidade de sonhos e espições (Gastal & Kunz, 2017), depositadas ao longo dos séculos no ideal da Cidade. No dizer de Argan (1992), antes de ser sonhada, a Hospitalidade desponta como uma maneira privilegiada de se viver em conjunto, porém regida por regras, ritos e leis, como já mencionado, de acordo com a visão de Montandon (2003). Pretende-se considerar que a Hospitalidade estaria não só consagrada na língua, e como tal no âmbito da cultura, no seu sentido de gratuidade e de generosidade de abertura ao outro, mas também que ela seria o cimento para consolidar experiências de Cidade.

As grandes cidades contemporâneas tornam-se espaços compostos por diferentes territorialidades, dentro da própria Cidade (Grinover, 2016), levando as pessoas a conviverem de maneira muito próxima. Na dinâmica da cidade, o 'meu território' e o 'território do outro' podem estar demarcados por bairros étnicos, ou estratificação econômica, ou conviverem separados apenas pelo corredor entre dois apartamentos em um edifício residencial. Significa dizer que os novos distanciamentos e novas aproximações não se traduzem apenas em distâncias físicas ou geográficas, mas que seriam melhor medidos pelas distâncias sociais e culturais entre tais territórios. É fundamental, portanto, que se tenha em mente que a ideia de Hospitalidade está vinculada à questão da territorialidade (Dencker, 2013). Trata-se de receber

o outro em meu território, que faz com que a territorialidade e as formas básicas de interação social tenham papel fundamental nas comunicações e nas relações de hospitalidade no mundo globalizado. É a territorialidade que marca a formação dos grupos sociais e determina sentimentos de pertencimento, na medida em que os membros dos grupos desenvolvem conjuntos próprios de códigos a partir das relações primárias que se estabelecem entre si.

A Cidade, obra de arte maior da criação humana, também se apresenta como um nó epistemológico (Grinover, 2008⁹), ou, visivelmente, como uma ‘coisa complicada’ (Harvey, 1990), levando a que se constitua como um objeto de investigação instigante e profícuo. Se na atualidade grande parte da humanidade vive em cidades e, como colocado também por Argan (2001), para lá da cidade, ainda é cidade, significa dizer que a lógica da Cidade não se restringe ao espaço físico das cidades, levando a que a tarefa de compreendê-la e de planeja-la envolve múltiplos campos do saber, para dar conta do problema.

Outro enfoque seria o de separar a urbe objetiva e concreta do ‘aqui e agora’, do imaginário urbano, no qual se acumulam os modos de viver, pensar, sentir e sonhar a cidade e o urbano. O sonho da Cidade induz o modo de vida urbano e produz ideias, comportamentos, conhecimentos, formas de lazer e também uma cultura, além de induzir as interferências nos seus espaços (Carlos, 2001). Aquelas cidades que se destacam pela maneira como materializam o Urbano, tornam-se espaços de atração de pessoas e com diferentes ênfases; elas são receptivas aos visitantes que atraem, ou seja, elas são lugares onde se dá a Hospitalidade.

Se em termos teóricos, a Hospitalidade é um fenômeno multifacetado, demandando diferentes saberes para sua compreensão, o mesmo se dá quando se trata de incentivar o qualificar sua prática não só como virtude de pessoas, mas também de instituições e espaços públicos, sendo esses, talvez, os mais complexos. O desafio, em relação a esses, é como torna-los comunicativos, em termos de apresentar boas-vindas e alimentar sentimentos de pertencimento. Aliado a isso, o espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo, ao demandar uma apropriação social pelo cidadão, pelos residentes e visitantes. Assim, é no espaço público que a Hospitalidade assume dimensão política, em termos de desafios para inclusão das pessoas a serem respondidos pela História, pela Educação, pela Psicologia e pelo Turismo, entre outros, em diálogo com o planejamento e gestão da Cidade.

O espaço público é aqui entendido como o espaço da política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele é também analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos dentro da lógica da produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Quer dizer que, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos (Serpa, 2016). Se for certo que o adjetivo ‘público’ diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que o simples acesso físico a espaços abertos de uso coletivo. Entre os chamados ‘filósofos do espaço público’, destacam-se, sem dúvida, as contribuições de Hannah Arendt e Jurgen Habermas. Na obra de Arendt (1997), o espaço público aparece como lugar de ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. O espaço público seria

o lugar ‘par excellence’ do agir comunicacional, o domínio constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão.

O poder de julgamento é para Hannah Arendt (2008²), uma faculdade de interpretação das coisas na perspectiva de todos e não apenas do ponto de vista pessoal. Não basta abrir as fronteiras ou apelar para as estruturas jurídicas estatais (Baptista, 2017) e internacionais. É necessário que nas diferentes esferas do viver em comum, nos domínios da economia, da justiça, da saúde, do trabalho, dos serviços públicos, da educação ou do turismo, saibamos instituir verdadeiros lugares de Hospitalidade, entendidos como lugares de realização prática, o que o mesmo é dizer, como lugares de experiência e criação. Enquanto lugares antropológicos, definidos em função de um caráter relacional, identitário e histórico (Augé, 1994), os lugares de Hospitalidade apresentam-se, acima de tudo, como lugares de experiência. Exatamente por se constituírem como lugares intrinsecamente relacionais e, nessa medida, como lugares densos do ponto de vista humano, os lugares de hospitalidade funcionam como lugares de ação responsável e criadora, como lugares privilegiados de invenção prática.

Em nossa perspectiva, o desafio atual passa pela relação do acolhimento recíproco entre os poderes institucionais e a iniciativa concreta dos atores, pela aproximação entre os governantes e os cidadãos. As experiências de novas práticas de governança política e de cidadania estão num quadro de ligação consequente entre os diferentes patamares de decisão e de ação. Insistimos, portanto, na necessidade de instituir lugares de experiência hospitaleira, apelando para um pensamento sobre o acolhimento social de raiz multidisciplinar, em conformidade com a pluralidade de domínios de realizações possíveis da antropologia ou da filosofia política, da economia, do turismo, da arquitetura, do urbanismo ou da educação; importa instituir lugares de hospitalidade, de criação e de realização prática.

Referindo-se à multiplicidade de práticas de acolhimento social, a vivência da Hospitalidade transcende sempre a dimensão circunstancial, permitindo compreender que a confiança, a paz, a amizade e o respeito, são elementos base das relações humanas. Nessa ótica é relevante a transformação dos espaços da Cidade em lugares de Hospitalidade, respaldada pelo carinho e sensibilidade que só podem ser dados quando há outra pessoa. Para Baptista (2017), Hospitalidade é a “ligação respeitosa e afectuosa com o mundo habitado, bem como o espaço de pensar, reatualizar e ampliar as antigas leis e práticas da hospitalidade, num esforço de permanente reinvenção da cidadania”. Para Raffestin (1997), a Hospitalidade é a ponte entre mundos desconhecidos, diferentes. A sinalização de uma cidade, por exemplo, também é uma forma de hospitalidade, assim como a organização do espaço público.

Para Grinover (2002), o urbanismo se preocupa com situações que estão sendo vistas como insatisfatórias; sendo assim, promove a Hospitalidade que, por sua vez, garante o princípio da heterogeneidade da cidade e, sobretudo, a riqueza de sua diversidade social. Na cidade, o indivíduo passa por um processo de percepção e recepção do que está ao seu redor, tem uma atitude ativa porque cria sua própria imagem sobre o espaço, logo há legibilidade diferentes em cada Cidade, acarretando também níveis diferentes de Hospitalidade. Por isso, incentivar e fornecer facilidades de leitura e interpretação poderá aumentar a percepção da cidade hospitaleira.

Observa-se que, apesar de recentes no Brasil, os estudos significativos, bem como o entendimento de se buscar compreender hospitalidade por meio de autores de diferentes conceitos e regiões do mundo, favorecem a pesquisa, pois amplia a discussão e o universo de análise. A Hospitalidade não parece fazer parte do vocabulário político. Prática privada, virtude esquecida revestida de religiosidade, até mesmo nome da ‘indústria’ turística nos países anglo-saxônicos, é raro alguém ver nela um desafio digno da coisa pública. E, contudo, ela se torna instituição pública, quando se delimita e legitima uma comunidade através da relação que ela estabelece com os estrangeiros.

Com base nas manifestações cerimoniais da Hospitalidade, procuraremos mostrar que ela é uma prática política por excelência, que torna explícito o modo como uma comunidade se liga, se expõe ou se fecha para os estrangeiros. Às vezes subsumida sob o tema da dádiva [do lado da Antropologia], sob o tema da migração [do lado da Ciência Política], reivindicamos que a Hospitalidade proponha alguns elementos da Antropologia Política. Não será o caso de simplesmente descrever as práticas de Hospitalidade, sem dúvida, tão numerosas e variadas quanto às comunidades existentes, mas de analisar os tipos de relações que essas práticas instauram (Boudou, 2017).

Acreditando que a resposta às tragédias humanitárias e às situações de urgência são indissociáveis de uma cultura de hospitalidade viva e ativa, ancorada em experiências de acolhimento diversificadas e muito concretas (Baptista, 2017), este texto interroga as relações entre valores antigos e modernos, tentando sublinhar a relevância dos lugares de hospitalidade enquanto lugares de realizações práticas. Neste sentido, falar em experiência de acolhimento e Hospitalidade significa ter em conta que estamos perante acontecimentos singulares forçosamente imprevisíveis, contingentes e apolíticos. Mas, como lembra Derrida (1997), é esse, afinal, o significado de experiência; reenviando para as circunstâncias da vida corrente, a palavra experiência contém em si as ideias de tentativa, ponderação e habilidade.

Toda experiência refletida implica a arte da decisão e da passagem. Conforme assinala Marie-Claire Grassi (2011), refletir sobre os atos de passagem, significa refletir sobre a forma como os lugares e os espaços, domésticos ou oficiais, ordenam e moldam as relações com o outro, conduzindo à aceitação ou à rejeição da alteridade. É por essa razão, justamente, que os lugares de hospitalidade são, também e necessariamente, lugares de responsabilidade. Enquanto lugares antropológicos, definidos em função de seu caráter relacional, identitário e histórico (Augé, 1994), os lugares de hospitalidade se apresentam então, e acima de tudo, como lugares de experiência. Insistimos, portanto, na necessidade de instituir lugares de experiência hospitaleira, apelando para um pensamento sobre o acolhimento social de raiz multidisciplinar, em conformidades com a pluralidade de domínios de realização possível.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H., & Dinis, A. P. (1997). **O conceito de amor em santo Agostinho**: ensaio de interpretação filosófica. Porto Alegre: Instituto Piaget
- Arendt, H. (2008). **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense.

Grinover, L. (2019). Nós, a cidade, a hospitalidade. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 11(1), pp. 224-234, jan-mar, 2019, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p224>.

Argan, G.C. (2001). **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes.

Augé, M. (1994). **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas-SP: Papirus.

Baptista, I. (2017). Entre hospitalidade moderna, lugares de experiência e criação. In Brujadin, L. (org.). **Hospitalidade e dádiva**: a alma dos lugares e cultura do acolhimento. P. 141-153. Curitiba: Prisma.

Boudou, B. (2017). Elementos para uma antropologia política da hospitalidade. In Brujadin, L. (org.). **Hospitalidade e dádiva**: a alma dos lugares e cultura do acolhimento. Curitiba: Prisma.

Carlos, A. F. A. (2005). O direito à cidade e a construção da metageografia. **Revista Cidades**, 2(4), 494-525. [Link](#)

Carlos, A.F.A. (2001). **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto

Dencker, A.D.F.M. (2013). Hospitalidade e interação no mundo globalizado. **Rosa dos Ventos- Turismo e Hospitalidade**, 5(1), 4-14. [Link](#)

Derrida, J. (1997). **De l'hospitalité**. Anne du Fourmantellé invite I, Derrida à répondre. Paris: Calurante-Levy.

Gastal, S. A.; Kunz, J. G. (2014). Hospitalidade e turismo: as virtudes da cidade. In: Santos, M.M.C. dos & Baptista, I. (org.). **Laços sociais**: por uma epistemologia da hospitalidade. p. 99-114. Caxias do Sul: Educus.

Gotman, A. (2001). **Le sens de L'Hospitalité**. Paris: Presses Universitaires de France.

Grassi, M. C. (2011). Transpor a soleira. In: Montandon, A. (org.) **O livro da hospitalidade**. Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Senac.

Harvey, D. (1990). **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec.

Lefebvre, H. (2008). **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG.

LERNER, J. (2018). A relevância da gestão urbana. In Pinsky, J. (org.). **Brasil, o futuro que queremos**. São Paulo: Contexto.

Lyotar, J-F. (1979). **La condition pos moderne**. Paris: Minuit.

Montandon, A. (2003). **Hospitalidade**: cenários e oportunidades. São Paulo: Cengage Learning.

Grinover, L. (2019). Nós, a cidade, a hospitalidade. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 11(1), pp. 224-234, jan-mar, 2019, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p224>.

Raffestin, C. (1997). Réinventer l'hospitalité. **Communications**, 65, 165-177. [Link](#)

Rodrigues, A.M. (1998). **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec.

Serpa, A. (2016). **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto.

BIBLIOGRAFIA DE LUCIO GRINOVER, SOBRE HOSPITALIDADE

Grinover, L. (2002). Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: Morais, C. M. de (org.). **Hospitalidade, reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole.

Grinover, L. (2003). A comunicação e a hospitalidade em território urbano. In: **Anais... XXVI Congresso da Intercom**, Belo Horizonte.

Grinover, L. (2003). Hospitalidade e qualidade de vida: instrumentos para a ação. In: Dencker, A. F. M. & Bueno, M. S. **Hospitalidade, ameaças e oportunidade**. São Paulo: Thomson.

Grinover, L. (2005). A hospitalidade urbana. **Anais... Colóquio internacional Hospitalité et Développement durable**, Univ. Blaise-Pascal, Clermontferrand.

Grinover, L. (2006). A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, 3(2), 29-50. [Link](#)

Grinover, L. (2007). **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph.

Grinover, L. (2007). A hospitalidade templária e cátera. **Anais... IV Seminário ANPTUR**, São Paulo. [Link](#)

Grinover, L. (2008). Hospitalidade e as transformações urbanas. In: **Anais... Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 31.

Grinover, L. (2009). Hospitalidade urbana: mobilidade e acessibilidade. **Anais... VI Seminário Anptur**, São Paulo. [Link](#)

Grinover, L. (2009). A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista Hospitalidade**, 6(1), 4-16. [Link](#)

Grinover, L. (2009). A hospitalidade na perspectiva da cidade contemporânea. **Anais... II Colóquio Internacional em Hospitalidade: Rostos e lugares de hospitalidade**. Porto: U.C.P.

Grinover, L. (2011). **Hospitalidade urbana e cidadania**.

Grinover, L. (2013). Patrimônio, identidade, território e hospitalidade. Notas para a compreensão da cidade contemporânea. **Anais ... IX Seminário ANPTUR**, São Paulo. [Link](#)

Grinover, L. (2019). Nós, a cidade, a hospitalidade. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 11(1), pp. 224-234, jan-mar, 2019, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p224>.

Grinover, L. (2013). Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, 3(1), 16-24. [Link](#)

Grinover, L. (2016). A cidade à procura da hospitalidade. São Paulo: Aleph.